

## **O PLANO DIRETOR DE ILHA SOLTEIRA - SP COMO NORTEADOR DO DESENVOLVIMENTO DO TURISMO**

**Renata Maria Ribeiro<sup>1</sup>**

**Pedro Henrique Botelho de Souza<sup>2</sup>**

**Fábio Luciano Violin<sup>3</sup>**

### **RESUMO**

O turismo é foco de estudo de ciências consolidadas que atualmente dão suporte à pesquisa aplicada dos elementos que influenciam o desenvolvimento e interferem no modo de vida populações tanto de modo positivo, quanto negativo, se, não planejado. No Brasil, a organização das cidades podem ser iniciadas por políticas de desenvolvimento a exemplo do Plano Diretor, que traça as diretrizes nas diversas esferas da ordem pública. O Plano é considerado um instrumento político de desenvolvimento e expansão urbana. O presente trabalho objetivou estudar o Plano Diretor da Estância Turística de Ilha Solteira - SP, observando as diretrizes para o desenvolvimento do turismo. Dentre as atividades previstas para atingir os resultados, fez-se necessário buscar conteúdos com intuito de aprimorar o conhecimento sobre temas como planejamento, Plano Diretor e Turismo; e aplicar a metodologia SWOT para projetar um cenário com respostas norteadoras ao aperfeiçoamento das políticas públicas para o desenvolvimento do turismo no município. As informações verificadas sobre Ilha Solteira, nos meios eletrônicos, inventário turístico e na visita ao município, permitiu entender um pouco da sua realidade, dos atrativos, monumentos, eventos, espaços públicos em que há movimentação de visitantes, bem como algumas ações da gestão municipal para fomento do turismo. Observou-se então após análise que as diretrizes do Plano Diretor aliadas às ferramentas do planejamento do turismo, são imprescindíveis a uma forma de gestão contínua, norteadora e fortalecedora da atividade em Ilha Solteira - SP.

**PALAVRAS-CHAVE:** Plano Diretor, Turismo, Planejamento.

## ***THE MASTER PLAN OF ILHA SOLTEIRA -SP AS A GUIDE TO TOURISM DEVELOPMENT***

<sup>1</sup> Doutora em Geografia, UNESP, Câmpus Rosana/Professora. [renata@rosana.unesp.br](mailto:renata@rosana.unesp.br)

<sup>2</sup> Graduando em Turismo, UNESP, Câmpus Rosana/Discente. [pedro.tur10.unesp@hotmail.com](mailto:pedro.tur10.unesp@hotmail.com)

<sup>3</sup> Mestre em Administração, UNESP Câmpus Rosana/Professor. [violin@rosana.unesp.br](mailto:violin@rosana.unesp.br)

## **ABSTRACT**

*Tourism is focus of study consolidated sciences that currently support the applied elements that influence the development research and interfere with the way of life of populations both positive, and negative, if not planned. In Brazil, the organization of cities can be initiated by development policies such as the Master Plan, which outlines the guidelines in many spheres of public order. The Plan is considered a political tool of development and urban sprawl. The present study investigated the Master Plan the tourist city of Ilha Solteira - SP, within the guidelines for the development of tourism. Among the activities planned to achieve the results, it was necessary to seek content with the aim of improving the knowledge on topics such as planning, Master Plan and Tourism; and apply the SWOT methodology to design a scenario with guiding the improvement of public policies for the development of tourism in the municipality answers. The verified information about Single Island, in electronic media, tourism inventory and visit the municipality allowed to understand a little of its reality, the attractions, monuments, events, public where there is movement of visitors spaces, as well as some actions of municipal management for promoting tourism. They established after analyzing the Director Plan allied to tourism planning tools are essential to a form of continuous management, guiding and empowering activity in Ilha Solteira - SP.*

**KEY-WORDS:** Master Plan, Tourism, Planning.

## **EI PLAN MAESTRO DE ILHA SOLTEIRA-SP COMO UNA GUÍA PARA DESARROLLO TURÍSTICO**

## **RESUMEN**

*El turismo es objeto de estudio de ciencias consolidadas y en la actualidad dan soporte a la investigación aplicada de los elementos que influyen en el desarrollo e interfieren en el modo de vida de las poblaciones tanto de manera positiva como negativa, si no planificado. En Brasil la organización de las ciudades pueden ser iniciadas por las políticas de desarrollo, tales como el Plan Maestro, que esboza las directrices en los distintos ámbitos de orden público. El Plan es considerado un instrumento político de desarrollo y expansión urbana. El presente trabajo tuvo como objetivo estudiar el Plan Maestro de la Estância Turística de Ilha Solteira - SP, observando las directrices para el desarrollo del turismo. Entre las actividades previstas para lograr los resultados, fue necesario obtener el contenido con el fin de mejorar el conocimiento sobre temas tales como planificación, Plan Maestro y Turismo y aplicar la metodología DAFO para diseñar un escenario con respuestas orientadoras al mejoramiento de las políticas públicas para el desarrollo del turismo en el municipio. Las informaciones en los medios electrónicos, inventario turístico y en la visita al municipio ha permitido comprender un poco de su realidad, de sus atractivos, monumentos, eventos, espacios públicos donde hay movimiento de visitantes, además de algunas acciones de la gestión municipal para el fomento del turismo. Se observó, a continuación, después del análisis de las directrices que el Plan Maestro aliado de los instrumentos de planificación del turismo son indispensables para una forma de gestión continua para guiar y que fortalecer la actividad en Ilha Solteira -SP.*

**PALABRAS-CLAVE:** Plan Maestro, Turismo, Planificación.

## 1. INTRODUÇÃO

O planejamento territorial das cidades determina ações a serem executadas às prerrogativas legais que devem ser consideradas ao estabelecimento de normas a serem seguidas para a condução ordenada das cidades.

No Brasil, a organização das cidades podem ser iniciadas por políticas de desenvolvimento a exemplo do Plano Diretor, que traça as diretrizes nas diversas esferas da ordem pública.

O Plano Diretor é considerado um instrumento político de desenvolvimento e expansão urbana. No Estatuto da Cidade é considerado como integrante do próprio planejamento municipal. A partir dele ficam estabelecidas as condições de ordenamento do território. No Capítulo III Art. 41 do Estatuto da Cidade (2004), aponta os fatores que determinam a elaboração de um Plano Diretor, tornando-o, então, obrigatório em cidades

- I – com mais de vinte mil habitantes;
- II – integrantes de regiões metropolitanas e aglomerações urbanas;
- III – onde o Poder Público municipal pretenda utilizar os instrumentos previstos no 4º do art. 182 da Constituição Federal;
- IV – integrantes de áreas de especial interesse turístico;
- V – inseridas na área de influência de empreendimentos ou atividades com significativo impacto ambiental de âmbito regional ou nacional.

Observe-se que a Lei institui a necessidade da elaboração desse documento em áreas em que há interesse turístico; partindo deste pressuposto, a atividade turística numa determinada localidade não deve desenvolver de modo desconexo deste instrumento.

Entende-se que é pertinente aliar o planejamento territorial ao desenvolvimento políticas públicas municipais a partir dos planos diretores se faz necessário, uma vez que podem servir de suporte legal à execução de planos de desenvolvimento para a população e turistas.





Deste modo considera-se que o planejamento e a organização do turismo no território brasileiro podem ser considerados como formas mais adequadas para se concentrar esforços mercadológicos, orientar investimentos, aplicar recursos financeiros e ordenar as suas ofertas turísticas (BAHL, 2004, p. 25).

Parte-se do pressuposto que a orientação ao desenvolvimento municipal e regional deverá situar-se sob aspectos do planejamento e do ordenamento territorial sempre vinculado a aplicação técnica na organização de ações integradas para a cidade, e também de acordo com os mecanismos legais que orientam, e permitam a progressão positiva das atividades que dão suporte à sociedade.

No caso do estado de São Paulo, e observando o recorte no turismo, percebe-se a consolidação das Estâncias Turísticas que possuem atrativos, infraestrutura turística, entre outros serviços, necessários a consolidação do turismo.

Entende-se a responsabilidade de gestores na inclusão em Planos Diretores da temática “turismo” de uma visão integrada do município, sendo primordial o planejamento em diversas áreas em uma convergência delineada para a principal potencialidade existente, seja a indústria, a agricultura ou em destaque nesse trabalho, o turismo.

A partir dessa visão, o estudo e a pesquisa junto a Estância Turística de Ilha Solteira em torno do planejamento territorial e de suas interferências no turismo faz-se importante, uma vez que essa atividade tende a transformar o espaço geográfico.

Com base nesse cenário, justifica-se o estudo dos princípios que regem o planejamento e o ordenamento territorial como foco nas legislações que cumprem ou deveriam cumprir esse papel, prevendo que esta proposta possa esclarecer quanto aos procedimentos legais para a consolidação do turismo na Estância Turística de Ilha Solteira - SP.

Desse modo ao iniciar as pesquisas entendeu-se que por ser o Plano Diretor o documento norteador do desenvolvimento municipal, e que o turismo, bem como outras esferas municipais se fortalecem a partir dessa espinha dorsal, objetivou-se estudar o Plano Diretor da Estância Turística de Ilha Solteira/SP observando num

escopo particular, as diretrizes incluídas naquele documento com o foco no tema turismo.

A compreensão do todo se fez a partir da perspectiva de conceituar o Plano Diretor como instrumento que contribui ao desenvolvimento do turismo na Estância Turística de Ilha Solteira; Relacionar os projetos existentes no município que potencializem a atividade turística, bem como compreender a importância na relação entre o plano diretor e os projetos diagnosticados para o fortalecimento do turismo em municípios considerados estâncias.

A metodologia com o propósito de gerar conhecimentos será utilizada a pesquisa aplicada com base documental relativa ao “Plano Diretor de Ilha Solteira” inter-relacionada a sua aplicabilidade para o desenvolvimento do turismo.

Entende-se ainda ser imprescindível para atingir os objetivos propostos a utilização de pesquisa exploratória com vistas a identificar e aprofundar o conhecimento da realidade, no sentido de observar o Plano Diretor e a transformação do territorial do município sob o foco do turismo.

Considera-se imprescindível tratar esse trabalho como estudo de caso, uma vez que a relação entre o plano diretor e o turismo acontece sempre de modo particular à cada localidade, observadas suas características territoriais e sociais.

Ainda como procedimento técnico utilizar-se á da técnica de diagnóstico a partir da análise SWOT (Strengths - Pontos Fortes, de origem interna); (Weaknesses - Pontos Fracos, de origem interna); (Opportunities - oportunidades externas); e (Threats - Ameaças externas).

Tem-se nessa técnica a objetividade para um cenário de respostas norteadoras ao aperfeiçoamento de políticas públicas necessárias ao planejamento territorial do turismo baseadas nas ações previstas no Plano Diretor do município de Ilha Solteira – SP, e possui o propósito de contribuir de modo científico ao turismo embasado em uma visão prospectiva positiva na busca de um desenvolvimento endógeno e harmonioso entre sociedade, território, políticas públicas e turismo.

## 2. ATUAL ESTRUTURA DO ÓRGÃO PÚBLICO DE TURISMO

Os organismos públicos de turismo podem se apresentar de diversas formas e a alocação do setor num organograma governamental são variados estando associados a diferentes ministérios, secretarias e departamentos (IGNARRA, 2011).

Para entender a estrutura atualmente (2013/2014) da gestão pública do município de Ilha Solteira, foi consultado a Lei Complementar nº 270, de 02 de janeiro de 2013. Neste documento no artigo 5º do capítulo referente aos fundamentos Básicos para as ações administrativas tem como trilhos da administração pública os documentos básicos: O Plano Diretor, Plano Plurianual, Diretrizes Orçamentárias e Orçamento Anual (ILHA SOLTEIRA, 2013).

Com relação ao Plano Plurianual, Lei de Diretrizes Orçamentárias e a Lei de Orçamento Anual não foram objetos nessa pesquisa, entretanto observa-se que são essenciais à execução do planejamento proposto no Plano Diretor.

Ainda com essa Lei ainda há a estruturação administrativa, criando órgãos diretos como a Secretaria de Bem Estar Social, Cultura e Turismo. Essa Secretaria se subdivide em três departamentos. No caso do departamento de Turismo sem subdivide em Gabinete do diretor; Setor de Desenvolvimento e Fomento Turístico; Setor de Manutenção e Limpeza de Praia; Conselho Municipal do Turismo; Fundo Municipal do Desenvolvimento do Turismo (ILHA SOLTEIRA, 2013).

Para entender a estrutura atualmente (2013/2014) da gestão pública do município de Ilha Solteira, foi consultado a Lei Complementar nº 270, de 02 de janeiro de 2013. Neste documento no artigo 5º do capítulo referente aos Fundamentos Básicos, para as ações administrativas, tem como trilhos da administração pública os documentos básicos: O Plano Diretor, Plano Plurianual, Diretrizes Orçamentárias e Orçamento Anual (ILHA SOLTEIRA, 2013). Com relação ao Plano Plurianual, Lei de Diretrizes Orçamentárias e a Lei de Orçamento Anual





não foram objetos nessa pesquisa, entretanto observa-se que são essenciais à execução do planejamento proposto no Plano Diretor.

A Lei Complementar nº151/2008 dedica um capítulo (Seção V) exclusivo ao Turismo, embora haja outros capítulos no Plano Diretor de Ilha Solteira que podem associar-se a essa atividade. Destaca-se na Seção V, os objetivos da política municipal de turismo, bem como suas diretrizes.

Os objetivos que são as direções gerais do planejamento e a gestão do turismo, com base nas necessidades que são identificadas dentro as restrições de mercado e de recursos; e o segundo, e as políticas que são orientadas especificamente para gestão diária da atividade, abarcando seus vários aspectos operacionais (BENI, 2007).

O Artigo 58 (ILHA SOLTEIRA, 2008) integra a política municipal de turismo um conjunto de categorias, modalidades e produtos na esfera do turismo cultural, ecológico-ambiental, científico- tecnológico, de negócios, de lazer e recreação, rural, náutico e outras categorias e produtos de oferta regional, por meio de um sistema municipal integrado de promoção e valorização turística.

Ainda neste capítulo são definidas alguns objetivos e diretrizes. Dentre os objetivos podemos mencionar algumas características como: reconhecimento do potencial turístico local e regional, fortalecimento de atrativos já reconhecidos, estudos e diagnósticos dos potenciais em diferentes modalidades, integração com as políticas nacionais, importância de parcerias entre organizações públicas e privadas, o desenvolvimento sustentável da atividade, reconhecimento das origens no município, entre outros. O Plano Diretor como um instrumento político de expansão e desenvolvimento urbano, pode ser associado a ordenação dos elementos que constituem o espaço urbano, que no caso de uma ordenação turística corresponde a "busca conveniente dos meios existentes no espaço para o sucesso das propostas relativas às atividades turísticas" (CASTROGIOVANNI, 2001, p.23).

### 3. ANÁLISES

#### 3.1 Análise de notícias e do turismo

As observações do desenvolvimento do turismo a partir das políticas do Plano Diretor se subdividiram em duas fases: a primeira, a partir da seleção de notícias envolvendo o turismo entre eventos e observação de modalidades de turismo, e a análise da Seção V (capítulo da Política de Turismo) inserida no Plano Diretor de Ilha Solteira datado de 2008.

Para seleção das notícias foram observadas se os títulos estavam relacionados ao turismo. Em alguns casos também houve a necessidade de observar conteúdos mais detalhados na busca de informações. Deste modo procurou-se selecionar as informações que estivessem relacionadas ao turismo de forma direta ou indireta, uma vez que ações associadas a outros departamentos como por exemplo cultura e esportes, podem apresentar aspectos importantes para a atividade, envolvendo principalmente a vinda de pessoas que utilizam-se da estrutura urbana e turística. Assim foram observados notícias, entre os anos de 2009 e 2013 relacionadas a diferentes aspectos, como a realização de eventos diversos, manutenção de espaços públicos, projetos de construção de estruturas urbanas e demais ações da gestão pública local. De acordo com as informações coletadas online, disponíveis inclusive no próprio site da Prefeitura, foi possível perceber que atualmente o município de Ilha Solteira está inserido na Região Turística denominada Tietê-Vivo.

Em relação ao enfoque do turismo em regiões, Bahl (2004, p.39) afirma a partir desse tipo de agrupamento "pode contribuir para que, preliminarmente, se identifiquem as condições de ocorrência do turismo nos municípios envolvidos e, posteriormente, se trabalhe o conjunto com a intenção de implementação do turismo no contexto da região". Daí a importância de se estabelecer relações entre os municípios e promover ações em conjunto, em prol do desenvolvimento da atividade.

Os convênios entre a Prefeitura e o DADE - Departamento de Apoio ao



Desenvolvimento de Estância, que está vinculado à Secretaria Estadual de Turismo tem sido importantes para a construção e revitalizações de espaços públicos, como por exemplo as praças onde eventualmente ocorrem festividades, feiras, exposições, entre outros; a própria revitalização da Avenida Brasil com a inclusão de uma Ciclovía; a construção de uma segunda ciclovía que dá acesso até as praias. Os eventos que constam no calendário de eventos oficial (Moto Fest, Festival de Música Gospel, Festival Nacional de MPB, Virada Cultural) recebem apoio da prefeitura, seja com recursos financeiros, e suporte técnico e recursos humanos. Os demais eventos no município também recebem um auxílio.

É importante ressaltar a diversidade dos eventos que são realizados, mesmo nem todos recebendo um fluxo grande de visitantes, podem ser considerados potenciais. Observam-se eventos, independente de seu porte (pequeno, médio ou grande) de caráter técnico-científico, eventos competitivos (envolvendo diferentes modalidades desportivas), bem como eventos culturais, realizados em diferentes como as praças públicas, recinto de exposições, etc.

Ressalta-se que as programações culturais no município são significativas, uma vez que o mesmo se insere em diferentes circuitos culturais. Em relação ao turismo e eventos,

[...] as atividades sociais, turísticas e de lazer poderão fazer parte de uma programação elaborada com o intuito de entreter convidados e participantes, ao mesmo tempo em que promova a cidade e seus atrativos turísticos (Britto e Fontes, 2002 apud ALBUQUERQUE, 2004, p.33)

Além disso, os eventos correspondem a uma importante alternativa para reduzir os impactos da sazonalidade,

[...] assim a gestão turística deverá estabelecer uma estratégia para reduzir a sazonalidade da demanda. A que se destaca é a estratégia de complementação dos atrativos da alta estação, com outras atrações que criam demanda durante o período de baixa temporada (ALBUQUERQUE, 2004, p. 35).

Observa-se também, além dos eventos, que Ilha Solteira tem como um dos

principais atrativos, as praias artificiais e o rio; conseqüentemente esse tipo possui de turismo possui alta e baixa temporada diante das estações do ano com a redução de movimento de visitantes. Certamente, novas possibilidades de investimento e planejamento de eventos poderiam ser estudados com o intuito de compensar os impactos da sazonalidade, ampliando o calendário oficial dos mesmos.

Percebe-se também, o envolvimento de outros departamentos, além do turismo, que contribuem direta e indiretamente ao desenvolvimento da atividade no município; cabe citar, o departamento de Esportes e o Departamento de Cultura, que realizam atividades que provocam a chegada e movimentação de visitantes ao município.

No entanto, ainda, não se pode afirmar que há uma articulação planejada entre as respectivas secretarias.

Os recursos naturais e culturais podem se transformarem em atrativos, e constituírem parte do patrimônio turístico, que são "elementos passíveis de provocar deslocamentos de pessoas, e que integram o marco geográfico-ecológico-cultural de um lugar, podendo, por sua origem, ser subdivididos em naturais e culturais."(BENI, 2007, p. 59).

No município de Ilha Solteira existem os atrativos artificiais, que correspondem às praias Marina e Catarina, que embora artificiais, utilizam-se dos recursos naturais, ou seja, os rios onde se pratica pesca esportiva, algumas atividades náuticas e banho.

### **3.2 Análise do Plano Diretor (Seção V)**

A análise SWOT é considerada "uma ferramenta utilizada para fazer análises de cenário (ou análises de ambiente), sendo usada como base para a gestão e o planejamento estratégico de uma organização" (DAYCHOUW, 2007 apud SILVA et. al., 2011). Nesse caso foi utilizado essa técnica para relacionar alguns

dos possíveis pontos fortes e fracos do turismo em Ilha Solteira, tendo como base as diretrizes de turismo existentes no Plano Diretor do município.

A partir desta análise interna, é possível traçar possíveis ameaças e oportunidades, a partir de aspectos observados e das diretrizes correspondentes. Entende-se como possíveis pontos fortes e fracos, uma vez que a pesquisa foi feita a partir de observações de material coletado online, inventário turístico e de uma visita a campo.

Para gerar resultados mais precisos seriam necessários aliar outros materiais e outros métodos. No entanto foi possível perceber que algumas ações da gestão local estão de acordo parcialmente com as diretrizes do Plano Diretor.

Cabe ressaltar que essa aplicação será apresentada parcialmente, uma vez que alguns resultados ainda estão sendo analisados, uma vez que a pesquisa está ainda em andamento.

Observando o Quadro 1 - Tem-se o texto apresentando as diretrizes do Plano Diretor, e em seguida as análises; O propósito é apresentar um cenário do município de modo claro e conciso. Esse preceito traduz mais rapidez e agilidade às fases posteriores de planejamento estratégico para a tomada de decisão.

**Quadro 1 - Diretrizes do Plano Diretor (I)**

Diretriz I	Análise de Cenário	
Buscar apoio e integração aos macro-programas do Ministério do Turismo nos quesitos de fomento (apoio à atração de investimentos), financiamento para o turismo, infra-estrutura, produção associada ao turismo, qualidade do produto turístico, normatização da atividade turística (certificações), qualificação profissional e comercialização (mercado interno e externo), captação, promoção e participação em eventos internacionais;	<b>Pontos fortes</b> <ul style="list-style-type: none"> <li>➢ Programa de Regionalização do Turismo</li> <li>➢ Participação no Programa de Municipalização do Turismo (anterior a 2008)</li> </ul>	<b>Oportunidades</b> <ul style="list-style-type: none"> <li>➢ Integrar-se a outros programas do ministério do Turismo</li> <li>➢ Utilizar os materiais disponibilizados pelo Ministério do Turismo, como por exemplo as cartilhas</li> </ul>
	<b>Pontos fracos</b> <ul style="list-style-type: none"> <li>➢ Pouca integração com os programas do Ministério de Turismo</li> </ul>	<b>Ameaças</b> <ul style="list-style-type: none"> <li>➢ Falta de interesse do Ministério do Turismo em auxiliar a atividade no município</li> </ul>

Fonte: Autores, 2014.





**Quadro 2 - Diretrizes do Plano Diretor (II)**

Diretriz II	Análise de Cenário	
	Pontos fortes	Oportunidades
Manter e ampliar a participação municipal nos fluxos turísticos de importância regional e nacional, promovendo e estimulando a divulgação de eventos e projetos em todas as modalidades de empreendimentos comerciais, de serviços e produtos turísticos;	<ul style="list-style-type: none"> <li>➢ Projeto piloto de um roteiro turístico junto a outros municípios da região</li> <li>➢ Divulgação em jornais online</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>➢ Desenvolvimento de um roteiro turístico e circuito turístico regional, beneficiando os municípios inseridas no Tietê Vivo</li> </ul>
	Pontos fracos	Ameaças
	<ul style="list-style-type: none"> <li>➢ Falta de interesse dos empreendedores em iniciativa de fortalecer o turismo receptivo</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>➢ A demanda regional (turistas) não conhece das atividades de turismo desenvolvidas no município.</li> </ul>

Fonte: Autores, 2014.

**Quadro 3 - Diretrizes do Plano Diretor (IV)**

Diretriz IV	Análise de Cenário	
	Pontos fortes	Oportunidades
A sistematização do levantamento e atualização de dados e informações sobre as categorias, a cadeias de fluxos e produtos turísticos no município e região, em parceria com órgão e institutos de pesquisa, para atração de investimentos e oportunidades de viabilização de ações e empreendimentos;	<ul style="list-style-type: none"> <li>➢ Existência de instituições locais que poderiam contribuir com os levantamentos</li> <li>➢ Inserção do município na Região Turística Tietê- Vivo</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>➢ Realizar estudos de demanda</li> <li>➢ Realizar esses levantamentos com as instituições locais, como por exemplo as de ensino superior e técnico</li> </ul>
	Pontos fracos	Ameaças
	<ul style="list-style-type: none"> <li>➢ Informações limitadas, pontuais e isoladas</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>➢ Redução e limitação para atrair investimentos</li> <li>➢ Os investimentos podem ser inadequados a realidade local e regional</li> </ul>

Fonte: Autores, 2014.

**Quadro 4 - Diretrizes do Plano Diretor (V)**

Diretriz V	Análise de Cenário	
Resgate e avaliação da trajetória da Diretoria Municipal de Turismo: diretrizes, diagnósticos, programas, projetos;	<b>Pontos fortes</b> > Presença de pessoal técnico concursado no departamento de turismo.	<b>Oportunidades</b> > Aprimorar as políticas, ações de turismo > Rever a efetividade de ações anteriores > Orientar novas possibilidades de estruturação dos departamentos direta ou indiretamente relacionados ao turismo
	<b>Pontos fracos</b> > Mudança constante da pasta turismo nas secretarias municipais alterando e prejudicando o planejamento a longo prazo.	<b>Ameaças</b> > Possível falta de ações conjuntas entre município, secretaria de estado do turismo e DADE.

Fonte: Autores, 2014.

Ao analisar as Diretrizes de turismo do Plano Diretor I, II, IV e V é possível perceber diferentes aspectos correspondentes aos elementos que constituem a atividade turística, como busca por apoio em programas de turismo nacionais, incentivo a diferentes segmentos de turismo, importância do resgate da política Municipal de turismo entre outros aqui não destacados.

Apesar de verificadas as diretrizes de maneira separada, elas estão inter-relacionadas, uma vez que o cumprimento de uma ou mais pode contribuir com a execução de outra. Por exemplo: ações que estejam de acordo com as diretrizes I (um) e IV (quatro) tratam de aspectos relacionados a condução da política de Turismo em nível nacional e local que se trabalhadas em conjunto fortalecem os resultados na consolidação do destino turístico. Essa política se reflete diretamente na segmentação de turismo a exemplo dos eventos, existentes no município e que a partir de políticas pró-ativas definem um perfil de visitantes capaz de movimentar a cadeia produtiva do turismo e de outros serviços existentes em Ilha Solteira.

Não obstante, tem-se a esclarecer que outras diretrizes também foram analisadas e deverão compor outros trabalhos, bem como espera-se que essa metodologia de trabalho ora apresentada, possa iniciar a discussão de modelos de

avaliação das políticas descritas e de como as mesmas não são analisadas ou vistas na prática.

#### **4. CONSIDERAÇÕES FINAIS**

A partir das leituras realizadas nesse estudo observou-se o quão a questão do turismo e seus reflexos são complexos; a quantidade de elementos que integram a atividade (atrativos, infraestrutura, superestrutura, etc), seus variados impactos, a sua capacidade de organizar e reorganizar territórios para o seu desenvolvimento aliados à forma de planejamento e gestão.

Além do mais, observa-se a importância de políticas norteadoras ao desenvolvimento dos municípios, como o Plano Diretor, para orientar ações em diferentes setores, como o turismo, de modo a contribuir com o planejamento. Entretanto, essas políticas não devem somente serem colocadas no papel, sem nenhuma forma de aplicabilidade e execução.

É a partir de estudos mais aprofundados sobre as ações locais com base nas diretrizes podem ampliar o diagnóstico no sentido de subsidiar políticas claras e objetivas. Entende-se que essa atitude em relação à uma análise da política existente, baseada em documentos legais de suporte ao turismo possibilitam um prognóstico possível de ser realmente transformado em estratégias de ação e metas a serem cumpridas em torno de uma visualização do desenvolvimento do turismo e, curto, médio e longo prazos.

A partir das leituras realizadas nesse estudo observou-se o quão a questão do turismo e seus reflexos no território são complexos, a quantidade de elementos que integram a atividade (atrativos, infraestrutura, superestrutura, etc.), seus variados impactos, a sua capacidade de organizar e reorganizar territórios para o seu desenvolvimento. Além do mais, a importância de políticas norteadoras ao desenvolvimento dos municípios, como o Plano Diretor, para orientar ações em diferentes setores, como o turismo, de modo a contribuir com o planejamento.





Entende-se que um estudo mais aprofundado, que alie outros documentos, bem como outros métodos de pesquisa, podem contribuir com o apontamentos de outros pontos fortes e pontos fracos em relação ao desenvolvimento do turismo na Estância, contribuindo com o planejamento da atividade.

A contribuição ao município durante essa pesquisa a partir dos resultados é a demonstração de que o documento norteador ao município também o é para o turismo. Observar as diretrizes e compará-las à realidade de modo técnico por metodologias constituídas, pode ser o início de uma perspectiva de mudança de visão de planejamento do turismo para o fortalecimento de uma visão estratégica e integrada dos documentos que devem nortear o cenário futuro da Estância Turística de Ilha Solteira.

Desse modo a pesquisa cumpriu com o objetivo uma vez que foram realizados estudos sobre Plano Diretor e sua importância para o turismo em Ilha Solteira, buscando nas ações da gestão pública local as relações com as diretrizes dessa atividade nesse importante documento norteador ao desenvolvimento. Outros estudos poderão compor novas pesquisas sobre plano diretor e planejamento do turismo, no sentido de mostrar aos gestores municipais responsáveis pelo setor, como elas podem contribuir na melhoria da gestão para fortalecimento do turismo.

## REFERÊNCIAS

ALBUQUERQUE, Soraya Sousa. **Turismo de eventos: a importância dos Eventos para o Desenvolvimento do Turismo**. 2004. 75 f. Monografia (Especialista em Gestão e Marketing do Turismo) - Centro de Excelência em Turismo. Universidade de Brasília, Brasília. Disponível em: <[http://bdm.unb.br/bitstream/10483/438/1/2004\\_SorayaSousaAlbuquerque.pdf](http://bdm.unb.br/bitstream/10483/438/1/2004_SorayaSousaAlbuquerque.pdf)>. Acesso em: 1 ago.2014.

BAHL, M. **Agrupamentos Turísticos Municipais**. Curitiba: Prottexto, 2004.

BENI, Mario Carlos. **Análise Estrutural do Turismo**. 12 ed. São Paulo: Editora Senac, São Paulo, 2007.

BRASIL. Estatuto da Cidade. Secretaria Especial de Editoração e Publicações. Brasília-DF, 2004. Disponível em: <http://www.vsilva.com.br/dados/Estatuto%20da%20Cidade.pdf>. Acesso em 10 ago. 2014.

CASTROGIOVANNI, Antonio Carlos. Turismo e ordenação no espaço urbano. In: CASTROGIOVANNI, Antonio Carlos. **Turismo urbano**. São Paulo: Contexto, 2001



IGNARRA, Luis Renato. **Fundamentos do Turismo**. 2 ed. rev. e ampl. São Paulo: Cengage Learning, 2011.

ILHA SOLTEIRA. Lei N° 270, de 2 de janeiro de 2013 **Dispõe sobre a nova Estrutura da Administração Direta e indireta do Município de Ilha Solteira e dá outras providências**. Câmara Municipal, Ilha Solteira, SP. 2 dez de 2013. Disponível em: <[http://www.ilhasolteira.sp.gov.br/index.php?option=com\\_content&view=article&id=3&Itemid=120](http://www.ilhasolteira.sp.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=3&Itemid=120)>. Acesso em: 3 ago.2014.

ILHA SOLTEIRA. Lei N° 151, de 1 de julho de 2008 **Institui o Plano Diretor do Município de Ilha Solteira, cria o Conselho da Cidade e dá outras providências**. Câmara Municipal, Ilha Solteira, SP. 1 jul.2014. Disponível em: < <http://www.ilhasolteira.sp.gov.br/planodiretor/>>. Acesso em: 20 mar.2014.

PREFEITURA MUNICIPAL DE ILHA SOLTEIRA. **Inventário Turístico 2003**. Prefeitura Municipal da Estância Turística de Ilha Solteira, 2003, 106p.

PREFEITURA MUNICIPAL DE ILHA SOLTEIRA. Disponível em: < <http://www.ilhasolteira.sp.gov.br/>>. Acesso em: 1 mai.2014

SILVA, A. A.; BARBOSA, V. A.; RABELO HENRIQUE, M.; BAPTISTA, J. A. **A Utilização da Matriz Swot como Ferramenta Estratégica**: um Estudo de Caso em uma Escola de Idioma de São Paulo. VIII Simpósio de Excelência em Gestão e Tecnologia. Disponível em: <<http://www.aed.aedb.br/seget/artigos2011.php?pag=113>>. Acesso em: 25 mai.2014.